

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Manaus aprovou, e eu PROMULGO, nos termos dos artigos 45, inciso II; 65, § 8.º, da Lei Orgânica do Município de Manaus; e artigo 228, §§ 1.º e 2º, do Regimento Interno:

**LEI N. 617, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(e-DOLM 31.12.2025 – N. 2317, ANO XIII)

**AUTORIZA** a pactuação de horários entre servidores da área da saúde com mais de um vínculo público e dá outras providências.

**Art. 1.º** Fica autorizado, no âmbito da administração pública municipal direta, indireta e fundacional, o procedimento de pactuação de horários aos servidores públicos da área da saúde que possuam mais de um vínculo público, desde que preservado o interesse público e o bom funcionamento dos serviços.

**Art. 2.º** A pactuação de horários consiste no ajuste da distribuição da carga horária semanal do servidor, sem redução da jornada total, com o objetivo de evitar conflitos entre vínculos públicos distintos e assegurar a continuidade e eficiência dos serviços de saúde.

**Art. 3.º** A pactuação poderá ser autorizada quando comprovados:

- I** – a existência de mais de um vínculo público, conforme a legislação aplicável;
- II – conflito ou sobreposição de horários entre os vínculos;**
- III** – ausência de prejuízo ao atendimento à população, às escalas de trabalho ou ao funcionamento regular da unidade;
- IV – anuência da chefia imediata e da direção da unidade.**

**Art. 4.º** A pactuação de horários poderá compreender:

- I** – redistribuição dos horários diários, sem redução da carga semanal;
- II** – concentração da jornada em determinados dias, observados os limites legais;
- III** – ajustes necessários para plantões, desde que compatíveis com a carga horária total.

**Art. 5.º** A autorização será formalizada por meio de termo escrito, firmado pelo servidor, pela chefia imediata e pela autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde, contendo:

- I – descrição da carga horária total**
- II – detalhamento da nova distribuição dos horários;**
- III – vigência da pactuação;**
- IV – declaração de que não haverá prejuízo ao serviço.**

**Art. 6.º** A Secretaria Municipal de Saúde poderá expedir normas complementares para orientar os procedimentos e critérios necessários à aplicação desta Lei.

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 31 de dezembro de 2025.

**Ver. DAVID VALENTE REIS**

Presidente

**Ver. JANDER DE MELO LOBATO**

1.º Vice-Presidente

**Ver. ROBSON DA SILVA TEIXEIRA**

2.º Vice-Presidente

**Ver. MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS**

3.º Vice-Presidente

**Ver. SAMUEL DA COSTA MONTEIRO**

Secretário-Geral

**Ver. EVERTON ASSIS DOS SANTOS**

1.º Secretário

**Ver. ALDENOR ERNESTO DE LIMA FILHO**

2.º Secretário

**Ver. GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO**

Corregedor

**Ver. ROSIVALDO OLIVEIRA CORDOVIL**

Ouvidor

Este texto não substitui o publicado no e-DOLM de 31.12.2025 – Edição n. 2317, Ano XIII.

### Poder Legislativo

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Manaus aprovou, e eu PROMULGO, nos termos dos artigos 45, inciso II; 65, § 8.º, da Lei Orgânica do Município de Manaus; e artigo 228, §§ 1.º e 2.º, do Regimento Interno:

#### LEI N. 615, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

**ESTABELECE** diretrizes para criação do Programa Municipal de Educação para o Consumo nas Escolas da Rede Pública Municipal de Manaus e dá outras providências.

**Art. 1.º** Ficam estabelecidas as diretrizes municipais para a criação, no âmbito do município de Manaus, do Programa Municipal de Educação para o Consumo nas Escolas da Rede Pública Municipal de Manaus.

**Art. 2.º** As escolas deverão observar as seguintes diretrizes visando à Educação para o Consumo:

I – promover a educação financeira e o consumo responsável no processo de aprendizagem dos alunos desde a Educação Básica, promovendo hábitos de consumo mais sustentáveis;

II – ensinar noções básicas sobre dinheiro, preços, formas de pagamento e planejamento de gastos, ajudando os estudantes a fazerem escolhas financeiras mais seguras e responsáveis no dia a dia;

III – orientar os alunos sobre práticas abusivas e fraudes de consumo, incluindo publicidade enganosa e golpes digitais, fortalecendo sua capacidade de identificar riscos no mercado de consumo;

IV – estimular o pensamento crítico sobre consumo e sustentabilidade, abordando os impactos econômicos, sociais e ambientais do consumo excessivo e incentivando escolhas mais equilibradas;

V – desenvolver habilidades práticas para o planejamento e gestão do orçamento pessoal e familiar, preparando os estudantes para administrarem recursos financeiros de forma eficaz em seu cotidiano.

**Art. 3.º** A efetivação do programa poderá ocorrer por meio das seguintes medidas:

I – atividades complementares extracurriculares, oficinas e palestras ministradas por especialistas em economia, direito do consumidor e educação financeira;

II – parcerias com o Procon Municipal e Estadual, Ministério Público, Defensoria Pública, Comissões de Defesa do Consumidor, instituições financeiras e universidades, para capacitação de professores e realização de atividades;

III – materiais didáticos e cartilhas elaborados em linguagem acessível, voltados para o público infantojuvenil;

IV – uso de mídias digitais, aplicativos e jogos educativos que abordem educação financeira e consumo consciente.

**Art. 4.º** A execução do programa estará sujeita à previsão orçamentária do Município.

**Art. 5.º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 6.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 31 de dezembro de 2025.

Ver. DAVID VALENTE REIS  
Presidente

Ver. JANDER DE MELO LOBATO  
1.º Vice-Presidente

Ver. ROBSON DA SILVA TEIXEIRA  
2.º Vice-Presidente

Ver. MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS  
3.º Vice-Presidente

Ver. SAMUEL DA COSTA MONTEIRO  
Secretário-Geral

Ver. EVERTON ASSIS DOS SANTOS  
1.º Secretário

Ver. ALDENOR ERNESTO DE LIMA FILHO  
2.º Secretário

Ver. GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO  
Corregedor

Ver. ROSIVALDO OLIVEIRA CORDOVIL  
Ouvidor

CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : D546F6F8001B8631

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Manaus aprovou, e eu PROMULGO, nos termos dos artigos 45, inciso II; 65, § 8.º, da Lei Orgânica do Município de Manaus; e artigo 228, §§ 1.º e 2.º, do Regimento Interno:

#### LEI N. 616, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

**RECONHECE** como cidades-irmãs a cidade de Manaus e a cidade de Colón, no Panamá, e dá outras providências.

**Art. 1.º** Ficam reconhecidas, oficialmente, como cidades-irmãs as cidades de Manaus e Colón, no Panamá.

**Art. 2.º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar acordos, programas de ação, convênios e outros programas de cooperação técnica entre as cidades mencionadas no art. 1.º desta Lei.

**Parágrafo único.** O intercâmbio abrangerá, ainda, programas científicos, sociais, ambientais, culturais, esportivos e comerciais, visando ao desenvolvimento econômico das cidades-irmãs.

**Art. 3.º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e suplementadas, se necessário.

**Art. 4.º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 5.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 31 de dezembro de 2025.

Ver. DAVID VALENTE REIS  
Presidente

Ver. JANDER DE MELO LOBATO  
1.º Vice-Presidente

Ver. ROBSON DA SILVA TEIXEIRA  
2.º Vice-Presidente

Ver. MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS  
3.º Vice-Presidente

**Ver. SAMUEL DA COSTA MONTEIRO**  
Secretário-Geral

**Ver. EVERTON ASSIS DOS SANTOS**  
1.º Secretário

**Ver. ALDENOR ERNESTO DE LIMA FILHO**  
2.º Secretário

**Ver. GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO**  
Corregedor

**Ver. ROSIVALDO OLIVEIRA CORDOVIL**  
Ouvidor

CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E31C2C32001B8632.

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Manaus aprovou, e eu PROMULGO, nos termos dos artigos 45, inciso II; 65, § 8.º, da Lei Orgânica do Município de Manaus; e artigo 228, §§ 1.º e 2.º, do Regimento Interno:

#### LEI N. 617, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

**AUTORIZA** a pactuação de horários entre servidores da área da saúde com mais de um vínculo público e dá outras providências.

**Art. 1.º** Fica autorizado, no âmbito da administração pública municipal direta, indireta e fundacional, o procedimento de pactuação de horários aos servidores públicos da área da saúde que possuam mais de um vínculo público, desde que preservado o interesse público e o bom funcionamento dos serviços.

**Art. 2.º** A pactuação de horários consiste no ajuste da distribuição da carga horária semanal do servidor, sem redução da jornada total, com o objetivo de evitar conflitos entre vínculos públicos distintos e assegurar a continuidade e eficiência dos serviços de saúde.

**Art. 3.º** A pactuação poderá ser autorizada quando comprovados:

- I – a existência de mais de um vínculo público, conforme a legislação aplicável;
- II – conflito ou sobreposição de horários entre os vínculos;
- III – ausência de prejuízo ao atendimento à população, às escalas de trabalho ou ao funcionamento regular da unidade;
- IV – anuência da chefia imediata e da direção da unidade.

**Art. 4.º** A pactuação de horários poderá compreender:

- I – redistribuição dos horários diários, sem redução da carga semanal;
- II – concentração da jornada em determinados dias, observados os limites legais;
- III – ajustes necessários para plantões, desde que compatíveis com a carga horária total.

**Art. 5.º** A autorização será formalizada por meio de termo escrito, firmado pelo servidor, pela chefia imediata e pela autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde, contendo:

- I – descrição da carga horária total
- II – detalhamento da nova distribuição dos horários;
- III – vigência da pactuação;
- IV – declaração de que não haverá prejuízo ao serviço.

**Art. 6.º** A Secretaria Municipal de Saúde poderá expedir normas complementares para orientar os procedimentos e critérios necessários à aplicação desta Lei.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 31 de dezembro de 2025.

**Ver. DAVID VALENTE REIS**  
Presidente

**Ver. JANDER DE MELO LOBATO**  
1.º Vice-Presidente

**Ver. ROBSON DA SILVA TEIXEIRA**  
2.º Vice-Presidente

**Ver. MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS**  
3.º Vice-Presidente

**Ver. SAMUEL DA COSTA MONTEIRO**  
Secretário-Geral

**Ver. EVERTON ASSIS DOS SANTOS**  
1.º Secretário

**Ver. ALDENOR ERNESTO DE LIMA FILHO**  
2.º Secretário

**Ver. GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO**  
Corregedor

**Ver. ROSIVALDO OLIVEIRA CORDOVIL**  
Ouvidor

CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 7AA05038001B8633.

## DICAS DE SAÚDE



Fonte: Bem Estar